



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

RODRIGO DE SOUZA

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PLANEJAMENTO

Palhoça

2019

RODRIGO DE SOUZA

A EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PLANEJAMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. João Antolino Monteiro, Dsc.

Palhoça

2019

SUMÁRIO

Tabela de Conteúdo

1	INTRODUÇÃO	05
1.1	EEXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA	05
1.2	OBJETIVOS	06
1.2.1	<i>Objetivo geral</i>	06
1.2.2	<i>Objetivos específicos</i>	07
1.3	JUSTIFICATIVA	07
1.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	07
2	REFERENCIAL TEÓRICO	08
2.1	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	08
2.1.1	<i>Planejamento Financeiro</i>	10
2.1.2	<i>Investimentos</i>	11
2.1.2.1	<i>Poupança</i>	12
2.1.2.2	<i>Tesouro Direto</i>	13
2.1.2.3	<i>Fundos de investimentos</i>	14
2.1.2.4	<i>Ações</i>	15
2.2	CONSUMO	16
2.3	APOSENTADORIA	17
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	19
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira serve para auxiliar as pessoas na tomada de decisão com relação aos seus rendimentos auferidos. Em momentos de bonança é fácil não notar a necessidade de um bom planejamento financeiro, porém como a economia é cíclica haverão momentos tempestuosos e colocarão os mais vulneráveis em condições adversas. A necessidade de educação financeira se mostra, principalmente, em momentos difíceis, como desemprego ou problema de saúde grave.

Os mais ricos possuem conhecimento sobre investimentos sofisticados e que precisam de um alto valor monetário para acesso e, portanto, possuem a capacidade de se protegerem das crises financeiras. Os mais pobres poderiam se proteger das crises econômicas se possuíssem alguma instrução sobre planejamento financeiro e investimentos.

O governo falha em não educar seu povo sobre o uso do dinheiro e fomenta o consumo como se fosse a solução para tudo. O crescimento de uma economia se dá pela educação de seu povo.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

No Brasil pouco se fala sobre educação financeira nas escolas e menos ainda dentro dos lares. Há ausência de orientação sobre a forma de consumo consciente, aquisição de crédito, planejamento do orçamento doméstico, planejamento da aposentadoria e outros diversos temas incorporados a administração do próprio dinheiro.

A ausência de informação para o cidadão traz problemas, como a tomada de empréstimos juros abusivos para cobrir outros empréstimos. Um em cada dez inadimplentes já recorreu a empréstimos para negativados e destes 64,5% admitiram que esse crédito não resolveu o problema financeiro, segundo o SPC BRASIL (2016).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016), o desemprego abrangia 8,2% dos brasileiros de acordo com a pesquisa realizada em fevereiro.

A PNAD Contínua referente a março de 2018 apontou um aumento para 13,1% na taxa de desocupação. (ABDALA, 2018)

Frente aos elevados números de desempregados era de se esperar que o número de inadimplentes aumentasse e isso foi constatado pela empresa Serasa Experian que mostrou um aumento de 1,98% quando comparado a junho de 2017 atingindo o patamar de 61,8% milhões. (NÚMERO..., 2018)

Com uma economia cambaleante o tempo médio que o indivíduo demora para retornar ao mercado de trabalho chegou a 14 meses e os mais afetados pertencem as classes C\D\E. (BRASILEIRO..., 2018)

O brasileiro está preparado financeiramente para enfrentar a velhice sem tornar-se dependente de familiares ou do governo? Nos dias de hoje onde a pauta é reforma da previdência será que se faz o certo ao esperar apoio do governo em sua velhice?

1.2 OBJETIVOS

Tomando como base o problema de pesquisa, apresentam-se, na sequência, os objetivos a serem alcançados no trabalho de conclusão de curso.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho de conclusão do curso é verificar o nível do brasileiro sobre a importância do planejamento financeiro e seu preparo.

1.2.2 Objetivos específicos

De forma a atingir e complementar o objetivo geral, apresentam-se alguns objetivos específicos a serem alcançados no decorrer do trabalho:

- Estimar o nível de conscientização sobre educação financeira
- Estimar o nível de planejamento para a aposentadoria
- Identificar os investimentos mais populares

1.3 JUSTIFICATIVA

A realização do trabalho visa trazer uma pequena demonstração de onde podem ser aplicadas ações de ensino e conscientização da população brasileira sobre o planejamento financeiro e como alcançar essas pessoas. O desenvolvimento de uma conscientização sobre poupança e investimentos poderá levar o país a um novo nível de crescimento.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar ao seu objetivo o pesquisador fará o uso de pesquisa exploratória através de formulários físicos e virtuais para atingir um maior número de indivíduos. A distribuição dos indivíduos se dará de forma aleatória, visto que busca alcançar o maior número de participantes possíveis. A coleta de dados através do formulário abrange o período de 02/05/2019 a 03/05/2019. Pesquisa bibliográfica através dos livros de educadores financeiros. Será também utilizado o material de apoio divulgado por instituições financeiras ou não, mas que contenham viés financeiro e o IBGE.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A definição do conceito de educação financeira pode ser entendida como a forma que o indivíduo utiliza seu dinheiro e outras ferramentas como cartão de crédito, consórcios e empréstimos. É a forma como o indivíduo planeja suas aquisições, investimentos e consegue fazer escolhas mais racionais do uso de seus investimentos.

O planejamento deve abordar o curto, médio e longo prazo, por exemplo, comprar um carro, uma casa e se aposentar.

Seguindo esta linha de pensamento temos:

segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, educação financeira é o processo pelo qual agentes financeiros melhoram sua compreensão de produtos e de conceitos financeiros, mediante informação, instrução e aconselhamento direto, o que promove a habilidade e a confiança necessárias para que os indivíduos se tornem mais conscientes dos riscos e das oportunidades financeiras, para que façam escolhas fundamentadas, para que saibam onde podem encontrar ajuda e para que tomem quaisquer ações eficazes com o objetivo de melhorar seu bem-estar financeiro. (PINHEIRO, 2008,p. 02)

Ainda segundo Pinheiro (2008), o acesso a educação financeira possibilitará a estabilidade dos sistemas econômicos, uma vez que o planejamento financeiro do indivíduo diminuirá a ocorrência de inadimplências com suas obrigações.

Na visão de Braunstein e Welch:

Participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas. (BRAUNSTEIN, WELCH, 2002).

Para Savoia, Saito e Santana (2007), uma série de mudanças tecnológicas, novas regulamentações e a globalização trouxeram um grande impulso para a disseminação da importância e necessidade da educação financeira. Com a estabilização da economia, o Estado brasileiro começa a transferir parte de suas responsabilidades. “A principal delas é a formação da poupança previdenciária,

conforme disposto na Emenda Constitucional nº 5, de 1998, que estimula os planos de previdência complementar”. (SAVOIA, SAITO, SANTANA, 2007, p. 1124)

Conforme Savoia (2007), a OCDE realizou pesquisas em países não-membros e chegou ao quadro que se apresenta a seguir com orientações para ensino e divulgação da importância da educação financeira.

Quadro 2 - Princípios e recomendações de educação financeira

Princípios e recomendações de educação financeira

1. A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.

6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.
9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: OCDE, 2005.

2.1.1 Planejamento Financeiro

Antes de iniciar o processo de investimentos em alguma aplicação financeira é preciso saber qual será seu primeiro passo e como planejar sua jornada.

O enriquecimento não se trata apenas de acumular ou multiplicar riquezas. Ser rico é ser livre. O planejamento possibilita que se tenha um farol, uma meta, um objetivo, o posto a ser alcançado.

Segundo Ávila:

Juntar dinheiro é como iniciar uma jornada. Se você não tem um motivo, o sacrifício não valerá a pena e você acabará desistindo logo no início. Mesmo tendo um bom motivo, o objetivo precisa ser bem claro e realista, pois é a partir dele que você adotará um plano. (ÁVILA, 2019, p.20)

Independente das suas questões pessoais para juntar dinheiro e a forma como utilizá-lo, é preciso que haja alguma regra para o seu padrão de consumo. Não é possível que alguém gaste tudo o que recebe e acredite que sobrar algo para guardar.

Muitas formas de controlar o consumo ou saber o valor guardado estão disponíveis na internet ou livros. Cerbasi (2012) nos apresenta quatro contas para

saber se o patrimônio acumulado até o presente momento está de acordo com o mínimo para sua sobrevivência, o mínimo para sua segurança, para sua idade com atual situação de consumo e qual o patrimônio necessário para a independência financeira.

É importante que o planejamento seja simples para que não abandonemos no meio do caminho devido a dificuldade de ficar calculado índices e preenchendo tabelas.

Uma regra simples a ser adotada é a 50-30-20. Essa regra divide o seu orçamento da seguinte maneira: 50% para despesa básicas como água, luz e aluguel; 30% para consumo com coisas que seriam cortadas em caso de dificuldades financeiras, como academia, tv por assinatura e restaurantes; 20% deve ser destinado aos investimentos para que alcance os sonhos que se propôs no início do planejamento. Ainda segundo Ávila (2019), nos aponta que manter a arrecadação em 20% evita que seja uma tarefa muito árdua e assim leve a desistência.

Sabendo quanto dos seus rendimentos serão direcionados para cada área fica mais fácil seguir para os investimentos. Muitos livros abordam que o passo primordial após colocar as contas em ordem é formar a sua reserva de emergências. Levando em consideração as situações emergenciais temos ,Cerbasi (2019), sugere uma reserva de seis meses do valor gasto para sua sobrevivência para que não haja mudança na forma como vive hoje. Esse número pode varia, visto que o tempo médio de alguém desempregado tem sido de treze meses fora do mercado.

Tomadas as devidas precauções e sabendo onde se quer chegar, podemos agora partir para os investimentos.

2.1.2 Investimentos

Investimento é um assunto, amplamente, discutido e presente no dia a dia das pessoas, mas muita das vezes apresenta-se de maneira equivocada quanto a sua definição. Investimento surge em uma conversa rotineira presente desde o botequim a grandes salas de bancos. Por diversas vezes entende-se que poupar e investir sejam a

mesma coisa. Acredita-se que o simples fato de juntar dinheiro seja um investimento, mas esquecemos que poupar e investir são atos distintos. Poupar enquadra-se na ideia de guardar algo para uso futuro, mas que estará na mesma quantidade guardada anteriormente. O ato de investir busca multiplicar o que antes fora guardado, por exemplo, o capital monetário investido numa aplicação financeira.

Muitos possuem familiares que comemoram ao conseguir financiar um carro em 60 parcelas fixas ou financiar um imóvel em 300 meses com prestações decrescentes. A ilusão de acreditar que bens financiados sejam um investimento se mostra presente devido ao fato do pouco ou nenhum conhecimento sobre matemática, especialmente, da parte referente a juros compostos.

Seguindo essa ideia temos que:

A moradia não é um investimento, mas sim um consumo. O dinheiro consumido em uma moradia não se propõe a ser multiplicado; pelo contrário, mesmo que a moradia venha a perder valor com o tempo, isso pouco nos preocupará, se nela estivermos morando com conforto, segurança e felicidade. Além disso, você não poderá se dispor do dinheiro que vale sua casa diante de outra oportunidade de negócio – em outras palavras, a casa própria não lhe proporciona boa liquidez. (CERBASI, 2013, p. 16)

Em estudo apresentado pela ANBIMA o brasileiro considera que investimentos podem ser também os estudos dos filhos e a aquisição de bens móveis (5). Visto que há alguma confusão sobre o que deveria ou não ser considerado um investimento, abordaremos de forma breve e simples alguns investimentos disponíveis, atualmente, no Brasil.

2.1.2.1 Poupança

Amplamente conhecida e de fácil participação, visto que a maioria das contas correntes terminam por se vincular a uma conta poupança.

Criada com o intuito de adquirir fundos para financiamento de habitações populares, infra-estrutura e saneamentos básicos, os valores arrecadados em caderneta de poupança são aplicados de acordo com regras do BACEN; funcionando como um contrato de prestação de serviços entre bancos e o BACEN, que define que todas as instituições sigam as mesmas regras. (LOVATO, 2011, p.23)

A facilidade das pessoas adquirirem este produto condiz com seu baixo rendimento. A poupança por representar para muitos a segurança do dinheiro guardado remunera de forma péssima seu investidor.

2.1.2.2 Tesouro Direto

É um programa criado em 2002 pelo Tesouro Nacional em conjunto com a bolsa de valores que possibilita o acesso direto da pessoa física a compra e venda e títulos públicos. Funciona, basicamente, como um empréstimo. O investidor estará emprestando o seu dinheiro para o governo com um contrato definido no momento da aquisição deste título. (ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, [2019])

Geralmente, a poupança é conhecida pela segurança da sua aplicação, mas devemos considerar que o responsável pela segurança no caso do Tesouro Direto é o próprio governo federal. Em último caso seria possível o governo, simplesmente, imprimir mais dinheiro e pagar suas dívidas internas já que foram contraídas em moeda local. Claro que essa situação é extremista e apenas apresentada como exemplo.

Portanto, além da segurança oferecida por este programa temos também uma melhor remuneração.

Observe o comparativo abaixo:

Tabela 1: Rentabilidade Líquida acumulada (Tesouro Direto X Poupança)

Dias	Poupança	TD
30	0,58%	0,73%
60	1,11%	1,42%

180	3,44%	4,54%
360	7,05%	9,71%
720	14,60%	21,21%

Fonte: Tesouro Nacional

A rentabilidade líquida considera a cobrança do Imposto de Renda e da taxa da BM&FBOVESPA.

IMPORTANTE: a rentabilidade do Tesouro Direto pode variar com as taxas de juros do mercado, ou seja, os valores desta tabela são apenas parâmetros para uma comparação aproximada.

2.1.2.3 Fundos de Investimentos

Existem diversos tipos de fundos de investimentos que funcionam seguindo regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e seus próprios regulamentos. Basicamente, podemos dividir em dois tipos renda variável e renda fixa.

A grande facilidade que este tipo de investimento oferece é a possibilidade de ingresso do pequeno investidor a produtos mais arriscados ou de maior porte orçamentário através de um pequeno valor chamado de cota que seria uma parte do todo.

Fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituída sob forma de condomínio, destinado à aplicação em ativos financeiros no mercado financeiro e de capitais. O valor da cota do fundo de investimento é recalculado periodicamente. A remuneração varia de acordo com os rendimentos dos ativos financeiros que compõem o fundo. Não há, geralmente, garantia de que o valor resgatado será superior ao valor aplicado. Todas as características de um fundo devem constar de seu regulamento. O funcionamento dos fundos de investimento depende de prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018)

O gerenciamento desses fundos são feitos por gestores profissionais e por isso os fundos possuem um custo para funcionar que são pagos pelos cotistas o que pode vir a prejudicar a rentabilidade final para o investidor. Deve-se ficar atento a taxas

como de administração, ingresso, resgate e performance. Em alguns casos há fundos que conseguem render menos que a poupança devidos às taxas abusivas cobradas por eles.

2.1.2.4 Ações

Ações podem ser consideradas a menor parte do capital social de uma empresa. Imagine que você queira se tornar sócio de uma empresa como a Petrobras, pode-se pensar que seja preciso um investimento milionário, mas com um pequeno valor referente ao custo de 01 ação poderá se tornar sócio.

Uma ação é um valor mobiliário, expressamente previsto no inciso I, do artigo 2º, da Lei 6385/76. No entanto, apesar de todas as companhias ou sociedades anônimas terem o seu capital dividido em ações, somente as ações emitidas por companhias registradas na CVM, chamadas companhias abertas, podem ser negociadas publicamente no mercado de valores mobiliários. (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2019)

2.2 Consumo

Num mundo onde estamos acostumados a ter coisas novas o tempo todo e querer coisas como sinal de ascensão social, como lidamos com o consumo?

O governo incentiva o consumo para aquecer a economia, mas até que ponto este consumo é benéfico ao sistema como um todo?

Com o advento da internet e a facilidade de realização de compras através de aparelhos móveis temos o comércio online em franca expansão.

PUTERMAN comenta que:

reconhece a Internet como o quarto canal para a efetivação do comércio, sendo que os outros três são: o pessoal, o correio e o telefone. De acordo com Puterman, o chamado quarto canal abre uma série de oportunidades inexistentes anteriormente e que não significarão a eliminação dos canais antigos, e muito menos, dos negócios baseados nos modelos existentes. (PUTERMAN, 2000, p. 2 apud MIRANDA; ARRUDA, 2004, p. 6)

A expansão da internet trouxe também uma nova área de venda através das redes sociais onde muitos brasileiros passam muitas horas do dia navegando. Um estudo realizado pela agência We Are Social e a plataforma Hootsuite em 2017 e disponibilizado pelo sítio Techtudo mostra que:

Os brasileiros gastam, em média, 9 horas navegando na web. O país também aparece entre os primeiros quando o assunto o tempo gasto nas redes sociais: são mais de 3 horas diárias. Vale destacar que, no Brasil, o número pessoas com acesso à Internet é de 139.1 milhões (66% da população), índice que não apresentou mudanças entre 2016 e 2017. No entanto, ainda assim, no mesmo período, houve um aumento de 7% dos usuários em redes sociais. (COELHO, 2018)

Segundo Amato (2019), essa facilidade de consumo leva o brasileiro a tomar crédito, por exemplo, através de financiamentos da loja ou do cartão. Vale lembrar que o crédito rotativo do cartão e cheque especial apresentam taxas de juros anuais próximas a 300%.

Com relação a facilidade e incentivo do consumo através das redes sociais, em sua página na internet, Sammy Dana nos apresenta uma pesquisa realizada pela empresa americana Credit Karma que nos traz o seguinte:

Outro grupo particularmente exposto aos gastos desenfreios no Instagram é dos millenials, a geração nascida entre o começo da década de 80 e os anos 2000. Em um estudo com 3 mil consumidores, feito pela companhia de seguros Allianz, 6 em cada 10 deles disseram que gastavam mais do que deviam em algo que viram nas redes sociais. Além disso, 9 em cada 10 millenials gastavam influenciados pelo estilo de vida dos amigos, exibido online. (DANA, 2018)

2.3 Aposentadoria

Ao pensar no futuro podemos recorrer a fábula da Formiga e da Cigarra, enquanto poucos se preparam para o futuro outros gastam e consomem tudo o que podem e mais um pouco. Para aqueles que não se preparam para a aposentadoria vale a ideia de que “depois que morre, fica tudo aí”. Para aqueles que se preparam fica sempre a possibilidade de o futuro chegar e estarem prontos e evitar desta forma grandes problemas durante a velhice onde a força de trabalho já não será algo tão disponível, como na juventude.

A população em geral acredita que será mantida pelo governo após ter trabalhado tantos anos e contribuído para o INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL – INSS mesmo que de forma compulsória. Porém vale lembrar que o governo não garante nada além de um salário mínimo, mesmo que o contribuinte tenha participado com um valor maior.

Com relação ao acesso a aposentadoria pelo INSS:

As contas, os indicadores, os fatores de correção e as normas formam um emaranhado nebuloso de regras que, além de complicadas, estão sempre mudando no sentido de limitar mais os benefícios dos aposentados ou de aumentar os sacrifícios dos que contribuem.(CERBASI, 2014, p. 19).

Conforme apresentado a seguir:

No Brasil, ainda há outra agravante para o limitado acúmulo de recursos por parte da população. O país enfrentou longos períodos de inflação elevada, com forte desvalorização da moeda, o que gerou a cultura do “gastar no momento para não perder”. É necessário um intenso trabalho de conscientização para mudar esse quadro, o que pode e deve ser alcançado mediante instrução e educação financeira. O envelhecimento populacional é uma questão de preocupação central em diversos países, inclusive no Brasil. A mudança demográfica, proveniente da redução da mortalidade, principalmente para as populações com idades mais avançadas, causará aumento na pressão dos orçamentos governamentais devido à predominância dos regimes de caixa nos sistemas de seguridade social, em que as contribuições atuais são utilizadas para o pagamento de benefícios daqueles já aposentados. (PINHEIRO, 2008,p. 06)

Com essa cultura de gastar tudo o que ganha e caso não tenha o dinheiro disponível é só parcelar no cartão, como também de não se preocupar com o futuro da forma como deveria por acreditar que o governo nos manterá durante a velhice. Muitos correm o risco de na terceira idade precisarem contar com a ajuda dos parentes para se manterem financeiramente ou continuarem trabalhando.

Na sequência veremos alguns dados que abordam a forma de consumo e preparo previdenciário.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A construção do problema em estudo foi acompanhada da definição de um público alvo de pesquisa. Para aplicação foram entrevistados 60 consumidores nos dias 02 e 03 de Maio de 2019.

A pesquisa de campo foi realizada de forma aleatória. Os respondentes preencheram o questionário de forma eletrônica e serão apresentados a seguir os percentuais relacionados ao perfil da amostra com relação ao sexo, escolaridade, quantidade de moradores por residência e renda mensal.

A Tabela 2 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à divisão conforme ao sexo. De acordo com a levantamento de dados, o sexo feminino obteve maior percentual com 55% do total de amostra apurada.

Tabela 2: Divisão conforme o sexo

Sexo	Quantidade	%
Feminino	33	55
Masculino	27	45
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 3 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à divisão conforme escolaridade. De acordo com o levantamento de dados, o ensino médio completo obteve maior percentual com 31,7% do total de amostras apuradas. Vale ressaltar que a instrução de terceiro grau completa e incompleta quando somados ultrapassam 60% o que pode indicar uma busca por aperfeiçoamento acadêmico.

Tabela 3: Divisão conforme escolaridade

Escolaridade	Quantidade	%
Ensino Fundamental Incompleto	1	1,7
Ensino Médio Completo	15	31,7
Ensino Superior Incompleto	18	30
Ensino Superior Completo	15	25
Especialização Incompleta	3	5
Especialização Completa	3	5
Mestrado Incompleto	1	1,7
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 4 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à divisão conforme a instrução sobre educação financeira recebida em alguma instrução. De acordo com o levantamento de dados, praticamente, 3 em cada 4 entrevistados não recebeu instrução sobre educação financeira e sua importância.

Tabela 4: Divisão conforme a instrução sobre educação financeira

Instruído	Quantidade	%
Sim	16	26,7
Não	44	73,3
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 5 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à forma de acompanhamento dos gastos mensais realizados pelos participantes. O levantamento mostra que mesmo a maioria não tendo recebido instrução sobre educação financeira eles realizam o acompanhamento ou controle dos gastos de algum modo. Apenas 16,7% dos entrevistados não faz qualquer acompanhamento.

Tabela 5: Forma de acompanhamento dos gastos mensais

Forma	Quantidade	%
Fatura cartão de crédito	6	10
Extrato bancário	8	13,3
Planilha eletrônica	13	21,7
Caderno de anotações	21	35
Não realiza controle	10	16,7

Outros meios	2	3,3
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 6 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à divisão conforme a capacidade de guardar algum dinheiro mensalmente. De acordo com o levantamento de dados, a maioria consegue poupar alguma quantia mensalmente o que pode indicar que mesmo sem instrução anterior demonstram alguma preocupação com suas necessidades futuras.

Tabela 6: Poupança mensal

Poupança	Quantidade	%
Sim	38	63,3
Não	22	36,7
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 7 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à divisão de quantos meses de seus salários possuem reservados. De acordo com o levantamento de dados, a maioria possui menos de 3 meses do próprio salário guardado.

Tabela 7: Meses de salário guardados

Meses	Quantidade	%
Menos de 01	19	31,7
01 a 03	21	35
04 a 06	8	13,3
07 a 12	4	6,7
13 ou mais	8	13,3
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 8 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação ao percentual poupado mensalmente. De acordo com o levantamento de dados, quase 40% dos entrevistados guardam 5% ou menos do salário ou até menos não consegue guardar nada.

Tabela 8: Percentual guardado mensalmente

Poupado	Quantidade	%
Não consegue poupar	9	15
Menos de 5%	14	23,3
entre 5% a 15%	15	25

entre 15% e 20%	14	23,3
mais de 20%	8	13,3
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 9 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à divisão pelas aplicações realizadas em algum investimento que corresponda a sua maior parte aplicada. Em linha com o sugerido no capítulo sobre a poupança aqui ela também se apresenta como a mais comum. Infelizmente, $\frac{1}{4}$ dos entrevistados não possui qualquer investimento.

Tabela 9: Aplicações por tipo

Investimento	Quantidade	%
Caderneta de poupança	26	43,3
CDB	6	10
Título de capitalização	1	1,7
Ações	2	3,3
Imóveis	1	1,7
Fundos de Investimentos	5	8,3

Outros investimentos	2	3,3
Não possui	17	28,3
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 10 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à divisão por haver compras parceladas. De acordo com o levantamento de dados, 70% possui a renda comprometida com obrigações futuras.

Tabela 10: Compras parceladas

Sexo	Quantidade	%
Sim	42	70
Não	18	30
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 11 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à divisão pela parte já comprometida com prestações ou obrigações fixas mensais. De acordo com o levantamento de dados, 25% dos respondentes possuem um comprometimento superior a 60% da renda.

Tabela 11: Renda mensal comprometida

Renda comprometida	Quantidade	%
1% a 30%	22	36,7
31% a 60%	23	38,3
61% a 90%	11	18,3
91% a 100%	4	6,7
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 12 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à divisão por haver prestações ou obrigações em atraso. De acordo com o levantamento de dados, 80% não possuem contas atrasadas.

Tabela 12: Prestações / Obrigações atrasadas

Atrasos	Quantidade	%
Sim	12	20
Não	48	80
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

A Tabela 13 apresenta o percentual das amostras coletadas em relação à percepção de se considerarem uma pessoa endividada. De acordo com o levantamento de dados, mais de 70% dos respondentes não se consideram endividados.

Tabela13: Percepção sobre o endividamento

Endividado	Quantidade	%
Sim	17	28,3
Não	43	71,7
Total	60	100

Fonte: Autor (2019)

Com base nos dados coletados vimos que mesmo a maioria não tendo recebido instrução anterior sobre finanças estas pessoas tentam poupar algum dinheiro ao fim do mês. Em linha com essa ideia temos que 3/4 dos entrevistados não possuem contas em atraso, mesmo que 70% deles possuam obrigações futuras à cumprir.

A reserva emergencial citada, anteriormente, serve para evitar que essas pessoas entrem para a lista de inadimplentes. Com alguma instrução básica sobre educação financeira quer seja na escola ou local de trabalho será possível ajudar um maior número de pessoas para a utilização consciente do dinheiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos do trabalho foram atingidos com sucesso. O desenvolvimento da revisão literária demonstra que temos diversas formas de equilibrar nossas contas e o quanto pode ser danoso envolver-se em dívidas como as de cartão de crédito.

A ideia de controlar o orçamento de forma simples, como mostrado no esquema 50-30-20 nos mostra que não é preciso ter grandes conhecimentos de contabilidade ou economia para equilibrar as contas pessoais. A partir do momento que se percebe o tamanho da importância de um bom gerenciamento orçamentário torna-se possível traçar metas realistas e realizar seus sonhos. Para uma maior eficiência da estratégia podemos contar hoje com a ajuda da tecnologia que nos fornece centenas de aplicativos.

Conforme recomendação da OCDE vimos que é importante começar cedo o ensino sobre educação financeira e tal conteúdo deve ser inserido na escola. Vale lembrar que o foco principal deve ser a poupança e a preocupação com a aposentadoria.

A pesquisa realizada através do questionário esbarrou em algumas limitações. Uma vez que atingimos uma pequena parte da população e possivelmente as pessoas de círculos sociais próximo com pouca diversificação. Para que haja um valor estatístico mais significativo sugere-se um levantamento de dados mais amplos entre classes sociais e regiões do país. Ao utilizar a internet para disponibilizar o acesso ao questionário tentou-se evitar o enviesamento das respostas obtidas.

O tema educação financeira é muito abrangente e por esse motivo temos muitas técnicas que se complementam e outros pontos que poderiam ser abordados, como investimentos avançados ou tratar, especificamente, da aquisição de imóveis.

Espero assim, ter contribuído de forma simples com a demonstração de como a educação financeira é importante tanto para o individuo quanto para o país.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. **Taxa de desemprego sobe para 13,1%, diz pesquisa do IBGE**. rio de janeiro, 27 abr. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/taxa-de-desemprego-sobe-para-131-diz-pesquisa-do-ibge>. Acesso em: 6 jun. 2019.

AMATO, Fábio. **Juros do cheque especial e do cartão de crédito voltam a subir em março, diz BC**. [S. l.], 16 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/26/juros-do-cheque-especial-e-do-cartao-de-credito-voltam-a-subir-em-marco-diz-bc.ghtml/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

ÁVILA, Leandro. **Primeiro Passo: Independência Financeira**. Fortaleza, 2019. *E-book* (34 p.).

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **FAQ - Aplicações financeiras**. [S. l.], fevereiro 2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fbc_atende%2Fport%2Faplica.asp#9/. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASILEIRO leva em média 14 meses para conseguir emprego, diz pesquisa. [S. l.], 20 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/brasileiro-leva-em-media-14-meses-para-conseguir-emprego-diz-pesquisa-do-spc-brasil-e-cndi.ghtml/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRAUNSTEIN, Sandra; WELCH, Carolyn. Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy. **Federal Reserve Bulletin**, Estados Unidos da América, Novembro 2002. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

CERBASI, Gustavo. **Adeus, aposentadoria**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

COELHO, Taysa. **10 fatos sobre o uso de redes sociais no Brasil que você precisa saber**. [S. l.], 9 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/02/10-fatos-sobre-o-uso-de-redes-sociais-no-brasil-que-voce-precisa-saber.ghtml/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **O que é uma ação**. [S. l.], 2019. Disponível em: <http://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/Acoes/o_que_e_uma_acao.html/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

DANA, Samy. **O Instagram está deixando você mais pobre?**. [S. l.], 20 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/educacao-financeira/blog/samy-dana/post/2018/10/20/o-instagram-esta-deixando-voce-mais-pobre.ghtml/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA. **Introdução ao Tesouro Direto**. [S. l.]: Avante Brasil Tecnologias Educacionais, [2019]. Disponível em: <http://www.tesouro.gov.br/documents/10180/572609/Modulo1_TesouroDireto+%282017%29/84cedb36-faa9-47fd-ae21-54459c804157>. Acesso em: 6 jun. 2019.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego - PME**. [S. l.], fevereiro 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=destaques/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

LOVATO, Bruno Nascimento. **FINANÇAS PESSOAIS: INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121011/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

MIRANDA, Cláudia Maria Carvalho; ARRUDA, Danielle Miranda de Oliveira. E-PRODUTOS E VARIÁVEIS COMPORTAMENTAIS DETERMINANTES DE COMPRA NO VAREJO VIRTUAL: UM ESTUDO COM CONSUMIDORES BRASILEIROS. **Revista Eletrônica de Administração**, Rio Grande do Sul, jan/fev 2004. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/read/article/view/42552/26943/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

NÚMERO de inadimplentes chega a 61,8 milhões e bate recorde, diz Serasa. [S. l.], 19 jul. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/19/numero-de-inadimplentes-chega-a-618-milhoes-e-bate-recorde-diz-serasa.ghtml/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

PINHEIRO, Ricardo Pena. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. **Fundos de Pensão e Mercado de Capitais**, São Paulo, set 2008. Disponível em: <<http://www.fbss.org.br/dados/wwwfbs/artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Previdenci%C3%A1ria%20e%20Financeira%20-%20a%20nova%20fronteira%20dos%20fundos%20de%20pens%C3%A3o.pdf/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

SPC BRASIL. **Um em cada dez inadimplentes já recorreu a empréstimos para negativados, mostra SPC Brasil**. [S. l.], 19 abr. 2016. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/um-em-cada-dez-inadimplentes-ja-recorreu-a-emprestimos-para-negativados-mostra-spc-brasil>. Acesso em: 6 jun. 2019.

SAVOIA, Jose Roberto Ferreira; SAITO, Andre Taue; SANTANA, Flávia de angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, nov/dez 2007. Disponível em: <<http://w.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.